



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	19515.006230/2009-57
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2803-003.864 – 3ª Turma Especial</b>
<b>Sessão de</b>	04 de dezembro de 2014
<b>Matéria</b>	AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
<b>Embargante</b>	STONCOR-CORROSION SPECIALISTS GROUP LTDA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2004

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO.

Constatada a possível existência de obscuridade, omissão ou contradição no Acórdão exarado pelo CARF correto o acolhimento dos embargos de declaração visando sanar o questionamento apontado.

Esclarecidas as alegações do contribuinte quanto às possíveis contradições e omissões.

Mantida a decisão embargada sem efeitos modificativos.

Embargos Acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração para esclarecer as alegações da embargante quanto às possíveis contradições e omissões, mantendo o resultado da decisão embargada.

(Assinado digitalmente)

Helton Carlos Praia de Lima – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Helton Carlos Praia de Lima, Oseas Coimbra Júnior, Gustavo Vettorato, Eduardo de Oliveira, Fabio Pallaretti Calcini e Ricardo Magaldi Messetti.

## Relatório

Trata-se de embargos de declaração contra o Acórdão 2803-003.369 – 3<sup>a</sup> Turma Especial, Segunda Seção de Julgamento, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, interposto por Stoncor Corrosion Specialists Group Ltda contra a Fazenda Nacional, alegando contradição e omissão, nos termos:

- os documentos estão à disposição da fiscalização em sua sede. Jamais deixou de prestar qualquer informação e sempre esclareceu todos os questionamentos do fisco;
- reiterou várias vezes que fosse determinada fiscalização na empresa, entretanto, não houve;
- por qual motivo a fiscalização não procedeu análise dos documentos que informa não terem sido apresentados? Se houve fiscalização na sede da empresa a fiscalização deveria ter juntados os documentos que dão conta das irregularidades, se não houve necessário a realização da fiscalização;
- não se verifica apreciação quanto ao pedido de revisão da fiscalização com o exame de toda documentação hábil existente para se aferir o crédito tributário. Não se vislumbra qualquer fundamentação quanto a exigência de obrigar o contribuinte digitalizar documentos para a fiscalização;

Por fim, requer que sejam acolhidos os embargos e providos, corrigindo o ponto controverso e omissivo.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Helton Carlos Praia de Lima, Relator

Trata-se de embargos de declaração tempestivo em razão da embargante supracitada alegar contradição e omissão do Acórdão guerreado.

O Regimento Interno do CARF, Portaria MF/GM 256, de 22 de junho de 2009, prevê no art. 65 e seguintes o manejo de embargos declaratórios contra seus julgados que restarem omissos, obscuros ou contraditórios em algum de seus termos, sendo estes os requisitos indeclináveis para seu acatamento.

Assim sendo, reconhece-se os embargos do contribuinte no sentido de se analisar e esclarecer suas razões.

Quanto à disponibilização da documentação solicitada pela fiscalização, a decisão de primeira instância assim se manifestou:

*Voto*

*7. Tendo sido a impugnação apresentada com a observância dos requisitos estipulados nos artigos 56 e 57 do Decreto 7.574, de 29/09/2011, dela tomo conhecimento. Observa-se que, nos termos do artigo 58 do referido Decreto, considera-se não impugnada a matéria que não for expressamente contestada pela Manifestante.*

*7.1. O presente auto de infração foi lavrado pela Fiscalização por infração ao Art. artigo 33, §§ 2º e 3º da Lei 8.212/91, com a nova redação dada pela MP nº 449 de 03/12/08, convertida na lei nº 11.941/99, combinado com os artigos 232 e 233, parágrafo único do Decreto 3.048/99 e alterações posteriores, uma vez que, conforme consta no relatório fiscal da infração, fls. 05, a empresa deixou de apresentar à Fiscalização o Regulamento da Participação nos Lucros ou Resultados, a comprovação da eleição da comissão e atas de reunião referentes a PLR, a comprovação de arquivamento do acordo relativo a PLR no sindicato, a memória de cálculo de valores pagos a título de PLR, os quais foram solicitados mediante Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF, datado de 23/06/2008, período 01/2004 a 12/2004.*

*7.2. Apesar dos esforços da Impugnante, em seu arrazoado, a impugnação ao lançamento não tem o condão de elidi-lo ou reduzi-lo, porque não traz argumentos ou provas para tanto. Vejamos:*

*I – Apresentação da Documentação Solicitada pela Fiscalização/Encerramento da Fiscalização/ Resultado da Diligencia – Adendo à Defesa –Endereço do Contribuinte*

8. A Impugnante alega que a documentação inicialmente solicitada, mediante TIAF – Termo de Início da Ação Fiscal, em 23/06/2008 (fls.50/52 anexado ao PT nº19515.006232/200946), encontrava-se disponível no escritório até a data da apresentação da impugnação, inclusive a documentação referente a PLR – Participação nos Lucros e Resultados, sem qualquer análise pela Fiscalização. Tal alegação não merece prosperar, pela razões abaixo expostas.

8.1. A documentação acima requerida, bem como as demais solicitadas via TIAD e TIF's nº01, nº02, nº03, nº04, nº05 (anexadas ao PT nº19515.006232/200946), pela Auditora Anita Lúcia D' Aliesio e pelo Auditor Paulo de Tarso Magalhães Paes de Barros, foram verificadas por este último, responsável pela lavratura do presente auto de infração, conforme atesta a informação fiscal prestada às fls.40, após o Despacho de Diligência nº09/2011, fls.33/35, vejamos:

1. Em atendimento à solicitação formulada pela 14a Turma da DRJ/SP 1, em fls. 33, item 5, alínea "a", tenho a informar que o endereço da empresa é Rua ARANDU 205 ANDAR 12 CONJUNTO 1209, BROOKLIN, CEP: 04562030, SAO PAULO/ SP, conforme extrato de consulta ao CNPJ no HOD SRF juntado em fls. 38.

2. Na verdade, não houve alternância de endereços, tendo sido todas as intimações, Autos de Infração e Termo de Encerramento de Procedimento. Fiscal TEPF encaminhados ao endereço postal acima. Inclusive, as assinaturas dos funcionários Josete Terto da Silva, gerente e administradora (Termo de Intimação Fiscal TIF nº 01), e Hélio Alves de Souza, analista financeiro (Termos de Intimação Fiscal TIF nº 04 e nº 05), bem como documentos para exame foram todos colhidos por mim pessoalmente no endereço indicado no item 1. (grifou-se)

3. Ocorre que apenas o cabeçalho dos Autos de Infração e de alguns Termos de Intimação traz impresso o endereço Rua Samuel Morse, 120 –conjunto 22 Cidade Monções São Paulo/SP, CEP: 04576060, porque o cadastro da Carga Fiscal, quando distribuída ao AFRFB, veio assim e não foi alterado. Mas o endereço de fato a que compareci várias vezes e ao qual foram remetidos todos os Termos e Autos sempre foi o da Rua Arandu mencionado. (grifou-se)

8.2. A empresa foi cientificada mediante Termo de Prosseguimento de Ação Fiscal, datados de 24/11/2008 e 16/10/2009, respectivamente (vide AR's 56/57 e 62 anexados ao PT nº 19515.006232/200946), que os trabalhos fiscais iniciados através do TIF –Termo de Intimação Fiscal, relativos ao RPF nº 8.1.90.002008044898, teriam prosseguimento, ou seja, não procede a alegação de que teria sido comunicada do prosseguimento dos trabalhos fiscais somente após 13 (treze) meses depois de iniciado o procedimento fiscal.

8.2.1. Vale destacar, ainda, que a empresa foi científica mediante Termo de Ciência ao Sujeito Passivo (AR's fls.62

*CÓPIA*

*anexado ao PT nº19515.006232/2009-46), das alterações no Mandado de Procedimento Fiscal, com relação a inclusão da Supervisora Deuslene Candido dos Santos e do AFRFB Paulo de Tarso Magalhães Paes de Barros, logo, não há que se falar em nulidade do lançamento (vide fls. 59 anexado ao PT nº19515.006232/200946).*

*8.3. Sustenta a Impugnante que o “Termo de Finalização da Ação Fiscal” não consta assinatura, o que vicia o procedimento, acarretando a nulidade do auto, tal entendimento da empresa é equivocada, pois foi devidamente científica do Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal, conforme se constata às fls. 70 (AR recebido em 24/12/2009, anexado ao PT nº19515.006232/200946), o que inclusive lhe possibilitou tomar ciência não só do encerramento da ação fiscal, como também dos autos de infração lavrados, com apresentação da respectivas impugnações.*

*8.4. Por fim, alega que TEPF – Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal, tem endereço que difere do indicado pela empresa, tal alegação não merece amparo, pois a empresa foi científica no endereço correto (Rua Arandu, 205, 12º andar, Cj 1209, BrooKlin, São Paulo – SP), apesar do endereço constante no citado Termo de Encerramento ser outro (Rua Samuel Morse, nº120, Cj 22, Cidade Monções, São Paulo – SP), conforme se verifica no AR recebido pela empresa, fld. 70 do PT nº19515.006232/200946 e nas informações prestadas pela Fiscalização, fls.40, acima transcrita (item 7.1 deste voto).*

*8.5. Diante do acima exposta, não se constatou qualquer irregularidade do procedimento fiscal em análise capaz de ensejar a nulidade do auto de infração e foi dado oportunidade para a empresa apresentar a documentação solicitada durante toda a ação fiscal, em especial a que ensejou a lavratura do presente auto (Regulamento da Participação nos Lucros ou Resultados, a comprovação de eleição da comissão e atas de reunião referente a PLR, a comprovação de arquivamento do acordo relativo a PLR no sindicato, a memória de cálculo de valores a título de PLR), que foi solicitada mediante TIAF – Termo de Início de Ação Fiscal, datado de 23/06/2008, período 01/2004 a 12/2004. Frisa-se que a única documentação apresentada pela empresa em sede de impugnação e adendo a defesa, foi a alteração contratual, fls. 15/29.*

### *III – Princípios: Formalidade, Legalidade e Segurança Jurídica*

*9. Alega a empresa que a Fiscalização não observou formalidades na lavratura do auto de infração, violando os princípios da legalidade e da segurança jurídica. Tal alegação é totalmente improcedente, uma vez que o presente auto de infração discriminou precisamente os documentos que deixaram de ser entregues pela empresa (Regulamento da Participação nos Lucros ou Resultados, a comprovação de eleição da comissão e atas de reunião referente a PLR, a comprovação de arquivamento do acordo relativo a PLR no sindicato, a memória*

*de cálculo de valores a título de PLR), os períodos a que se referem, e a correspondente fundamentação legal, conforme determina o art.10 do Decreto nº70.235/72, vigente a época da lavratura do auto, in verbis:*

*DECRETO 70.235/72*

*Art.10. O auto de infração será lavrado por servidor competente, no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:*

*I – a qualificação do autuado; II – o local, a data e a hora da lavratura; III – a descrição do fato; IV – a disposição legal infringida e a penalidade aplicável; V – a determinação da exigência e a intimação para cumprí-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias; VI – a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.*

*9.1. Nestes termos, tendo a Fiscalização solicitado ao contribuinte mediante procedimento administrativo regular, os documentos necessários à verificação do correto cumprimento de suas obrigações principais e acessórias perante a Previdência Social, e tendo este deixado de exibir os documentos relacionados com as contribuições previstas na Lei nº 8.212/91, agiu corretamente o Auditor Fiscal ao lavrar o presente auto com observância de todas as formalidades legais, conforme se constata nos relatórios fiscais da infração e da aplicação da multa, fls.05/06.*

*9.2. No caso em tela não há que se falar em inobservância de formalidades, muito menos em violação aos princípios da legalidade e da segurança jurídica, uma vez que a Fiscalização demonstrou quais os documentos que deixaram de ser apresentados, apesar de devidamente solicitados por TIAF – Termo de Início da Ação Fiscal, em 23/06/2008 (fls.50/52 anexado ao PT nº19515.006232/200946).*

*9.3. Assim, estando o presente auto devidamente lavrado pelo Auditor Fiscal, caberia a Impugnante comprovar de forma cabal que os documentos que ensejaram a lavratura do auto, ora em análise, foram entregues ou ficaram a disposição da Fiscalização, conforme se constata nas informações da Fiscalização de fls. 40 (itens 2 e 3).*

*VI – Nulidade do Auto de Infração – Mesmo fato gerador do AIOP – Debcad nº37.244.4318*

*10. Alega a empresa que o fato gerador do presente auto de infração é o mesmo do AIOP – Debcad nº 37.244.4318, logo, o lançamento deve ser anulado, tal algação não tem o condão de anular o presente auto de infração, uma vez que este foi lavrado em razão da empresa deixar de apresentar os documentos referentes a PLR – Participação nos Lucros ou Resultados, que foram solicitados através de TIAF – Termo de Início da Ação Fiscal, fls. 50 anexado ao PT nº19515.006232/200946, tudo de acordo com o art. 33, parágrafos 2º e 3º, da Lei 8.212/91, combinado com o art. 233, parágrafo único, do Decreto*

3.048/99. Ao passo que o AIOP (Debcad nº 37.244.4318), foi lavrado em virtude da empresa deixar de recolher as contribuições previdenciárias (parte patronal), incidentes sobre as remunerações pagas aos segurados empregados e contribuintes individuais (art.22, I, II e III da Lei nº 8.212/91), razão pela qual a alegação de nulidade suscitada pela empresa é totalmente descabida.

10.1. O presente auto de infração foi regularmente lavrado em virtude de descumprimento de obrigação acessória estabelecida em lei, tendo em vista a existência de previsão legal criando a obrigatoriedade da empresa de apresentar todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas na Lei nº 8.212/91, conforme preceitua o artigo 33,§ 2º, da Lei 8.212/91, cujo teor transcrevemos a seguir:

Art. 33. À Secretaria da Receita Federal do Brasil compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais previstas no parágrafo único do art. 11 desta Lei, das contribuições incidentes a título de substituição e das devidas a outras entidades e fundos. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009).

(...)

§ 2º A empresa, o segurado da Previdência Social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial são obrigados a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009).

10.2. Por sua vez o Regulamento da Previdência Social RPS, aprovado pelo Decreto 3.048/99, complementa, delineando a forma que deve ser observada para o cumprimento do dispositivo legal, conforme disposto nos artigos 232 e 233 parágrafo único, a saber:

Art. 232. A empresa, o servidor de órgão público da administração direta e indireta, o segurado da previdência social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante legal, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial são obrigados a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas neste Regulamento.

Art. 233. Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social e a Secretaria da Receita Federal podem, sem prejuízo da penalidade cabível nas esferas de sua competência, lançar de ofício importância que reputarem devida, cabendo à empresa, ao empregador doméstico ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

*Parágrafo único. Considera-se deficiente o documento ou informação apresentada que não preencha as formalidades legais, bem como aquele que contenha informação diversa da realidade, ou, ainda, que omita informação verdadeira.*

*10.3. Assim, além do recolhimento das contribuições previdenciárias (obrigação principal), os contribuintes em geral estão sujeitos à satisfação de determinadas obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária, dentre as quais entregar a documentação solicitada pela Fiscalização.*

*10.4. Cabe salientar que para cada infração cometida, ou seja, para cada descumprimento de obrigação acessória prevista na Lei, a própria legislação prevê uma autuação, com a aplicação da multa (penalidade) correspondente. Assim, como a Impugnante descumpriu a obrigação acessória prevista no art. 33, § 2º, da Lei 8.212/91 c/c o art.233 parágrafo único do Regulamento da Previdência Social RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, foi lavrado o presente Auto de Infração.*

*10.5. A multa foi corretamente aplicada, conforme previsto nos artigos 283, II, “j” c/c art. 373 do RPS aprovado pelo Decreto nº 3048/99, atualizada nos termos da Portaria Interministerial MPS/MF nº 48 de 12/02/2009, cujo valor é de R\$ 13.291,66 (treze mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), sem circunstâncias agravantes , conforme informam os relatórios fiscais de fls.05/06.*

#### *CONCLUSÃO*

*11. Ante todo o exposto, VOTO pela improcedência da impugnação, mantendo o crédito tributário lançado.*

Consta do relatório fiscal da infração (fl. 5) que o Auto de Infração foi lavrado por descumprimento de obrigação acessória prevista no art. 33, parágrafos 2º e 3º, da Lei 8.212/91. A empresa deixou de apresentar o Regulamento da Participação nos Lucros ou Resultados, a comprovação de eleição da comissão e atas de reunião referente a PLR, a comprovação de arquivamento do acordo relativo a PLR no sindicato, a memória de cálculo de valores a título de PLR, os quais foram solicitados mediante TIAF – Termo de Início de Ação Fiscal, datado de 23/06/2008, período 01/2004 a 12/2004.

Como se pode notar dos autos e da decisão que a empresa não apresentou todos os documentos e não prestou todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, que apurou o valor do tributo devido com base nos documentos e informações que dispunha (Folha de pagamento, GFIP, DIRF, contabilidade, DIPJ, Processos Trabalhistas, alguns documentos de PLR, outros).

Assim sendo, a fiscalização demonstra quais os documentos utilizados da empresa que deram origem ao crédito tributário.

A empresa deve disponibilizar seus dados/informações em sistema de processamento eletrônico (arquivos digitais) à autoridade fiscal, consoante art. 32, inciso III da Lei 8.212/91 e art. 8º da Lei 10.666/2003.

*Lei 10.666/2003*

*Art. 8º A empresa que utiliza sistema de processamento eletrônico de dados para o registro de negócios e atividades econômicas, escrituração de livros ou produção de documentos de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária é obrigada a arquivar e conservar, devidamente certificados, os respectivos sistemas e arquivos, em meio digital ou assemelhado, durante dez anos, à disposição da fiscalização.*

Desse modo, não se justifica o argumento da embargante de que não se vislumbra qualquer fundamentação quanto a exigência fiscal de documentos em arquivos digitais da empresa.

Constam do lançamento fiscal o registro dos fatos e a fundamentação legal. O contribuinte foi cientificado de todos os atos da fiscalização com direito à defesa e contraditório.

A apuração do favor real das contribuições sociais é feita com as informações da empresa. A empresa deve disponibilizar todos os documentos e informações à fiscalização, o que não ocorreu. Para que haja auditoria fiscal no exame de toda documentação existente, a empresa deve demonstrar o interesse, anexando aos autos provas da documentação a ser analisada, o que não vez.

Diante da falta da documentação necessária para a aferição das contribuições sociais a fiscalização lançou os valores com base na documentação que dispunha. Cabe a empresa demonstrar que os valores não estão corretos. Desse modo, a simples alegação da empresa de que não concorda com aferição indireta, que não se recusou a apresentar a documentação e que a mesma está à disposição da fiscalização, não são suficientes para a desconstituição do lançamento fiscal.

Destarte, do que consta do relatório fiscal, da decisão de primeira instância e da decisão embargada, pode-se concluir que as alegações da embargante de possíveis contradições e omissões estão explicadas e demonstradas.

A embargante alega que os documentos estão à disposição da fiscalização em sua sede, todavia, não junta aos autos sequer prova parcial dos documentos existentes. Ressalta-se que desde o início do procedimento fiscal até o momento a embargante não demonstra prova convincente de seus argumentos. Inclusive quanto à prestação de todos os esclarecimentos e as informações solicitadas pelo fisco.

Diante da falta de comprovação, mesmo que parcial, da documentação disponível à fiscalização em sua sede, não há como deferir pedido de revisão de fiscalização.

A fiscalização informou os motivos porque não procedeu a análise dos documentos não apresentados pela empresa, requeridos em documento formal pela fiscalização (TIAD e TIF's nº01, nº02, nº03, nº04, nº05, anexados ao processo nº19515.006232/2009-46).

Os embargos de declaração não servem para rediscutir os fundamentos já repelidos pelas decisões anteriores.

As argumentações desprovidas de prova não são suficientes para a desconstituição da autuação fiscal.

Ressalta-se que autuação fiscal em epígrafe se deu em razão da empresa deixar de apresentar o Regulamento da Participação nos Lucros ou Resultados, a comprovação de eleição da comissão e atas de reunião referente a PLR, a comprovação de arquivamento do acordo relativo a PLR no sindicato, a memória de cálculo de valores a título de PLR, os quais foram solicitados mediante TIAF – Termo de Início de Ação Fiscal, datado de 23/06/2008, período 01/2004 a 12/2004 (fl. 5).

Esclarecidas as alegações da embargante quanto às possíveis contradições e omissões deve a decisão embargada ser mantida sem efeitos modificativos.

### CONCLUSÃO

Pelo exposto, voto em acolher os embargos de declaração para esclarecer as alegações da embargante quanto às possíveis contradições e omissões, mantendo o resultado da decisão embargada.

(Assinado digitalmente)

Helton Carlos Praia de Lima